



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ - IPI**  
Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA NÚMERO DUZENTOS E NOVE (209) DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CMP DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.** Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete (13/12/2017) às 13 (treze) horas e 30 (trinta) minutos, na Sala de Reuniões do Instituto de Previdência de Itajaí, reuniram-se em sessão ordinária os conselheiros devidamente nominados representando suas entidades, sob a Presidência do Conselheiro Dr. Vitor Paul Woyakewicz. Compondo o quórum estavam presentes os Conselheiros: Dra. Caroline de Melo, o Sr. Alcides Volpato, o Sr. Ivo Olampio Vicente, o Sra. Gleide Nara de Amorim, Sra. Constância da Silva Anacleto, Sra. Jaci Ronchi da Luz e a Sra. Gisele Vicente. Registrada a presença da Sra. Diretora Presidente do IPI Prof<sup>a</sup> Maria Elisabeth Bittencourt; do Sr. Jean Polidoro, Presidente do Comitê de Investimentos; da Sra. Jane de Fátima Gomes, Diretora Administrativa do Instituto; e da Sra. Natália Corrêa Casas, Técnica Administrativa Previdenciária. **PRIMEIRO ASSUNTO DO DIA: APROVAÇÃO DA ATA 208/2017:** Após cumprimentar a todos os presentes, o Presidente do CMP abriu a reunião e submeteu a Ata 208 aos conselheiros que, depois de lida, foi aprovada por unanimidade. **SEGUNDO ASSUNTO DO DIA: POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS RPS 2018:** O Presidente do CMP iniciou sua fala agradecendo a presença do Sr. Jean Polidoro que, como Presidente do Comitê de investimentos, compareceu à reunião para apresentar a posição técnica do comitê quanto à política de investimentos que foi encaminhado pelo CMP no mês de novembro/2017. O Sr. Jean afirmou que a nossa política é um reflexo do que dispõe o Banco Central que em outubro deste ano modificou a resolução 3922/2011 trazendo grandes mudanças na porcentagem de investimentos o que requer uma gestão mais cuidadosa e profissional. Estas mudanças permitem aplicações diversas que antes não eram permitidas aos Institutos Municipais de Previdência, como aplicação em poupança e CDB, aumentando o leque de possibilidades de investimentos. Questionado pelos conselheiros se a política do IPI está de acordo com a resolução, o Sr. Jean afirmou que hoje a política de investimentos do IPI está totalmente dentro da legalidade e das possibilidades de investimentos. Explicou ainda, que nesse momento é interessante aplicar em renda variável e que a aplicação em poupança é uma permissão e não uma obrigação. O conselheiro Ivo chamou atenção para a possibilidade de usar a poupança ao invés da conta corrente, e desta forma o rendimento seria ainda maior. Com a palavra a Diretora Presidente explanou sobre a intenção do Instituto de profissionalizar os funcionários do IPI e os conselhos. Esta profissionalização iniciará com curso de CPA10 para todos os conselheiros, e provavelmente esta certificação constará como requisito para a nomeação de novos conselheiros e já será incluída na reforma da Lei Complementar nº 13 que deverá ser encaminhada em janeiro para avaliação do CMP antes de ser encaminhada à Câmara Municipal de Vereadores. Retomando a palavra, o Presidente do CMP registrou a importância da Resolução 3922 e que o Ministério da Previdência já está orientando os Institutos a qualificar seus conselhos o que vai ao encontro da intenção do IPI em certificar seus conselheiros. O Sr. Jean aproveitou para informar que a rentabilidade

deste ano já está em 9,5%, sendo que a meta seria de 8,5%. O Sr. Jean mencionou ainda que a expectativa do Governo Federal é de reduzir a taxa de juros, sendo esta uma tendência para o ano que vem, fato que pode favorecer a renda variável mas que ainda assim este seguimento deve ser explorado com cautela, levando também em consideração o ano eleitoral que se aproxima, com um mercado sensível a simples declarações e opiniões políticas, sendo interessante a aplicação em dividendos como renda variável. O Presidente do CMP destacou da explanação do Sr. Jean que, portanto, já atingimos a meta atuarial de 2017. Para finalizar, o Sr. Jean, em nome do Comitê de Investimentos, recomendou a aprovação da Política de Investimentos ora submetida. Sem mais discussões e questionamentos, o CMP aprovou por unanimidade a Política de Investimentos do IPI para o ano de 2018. **TERCEIRO ASSUNTO DO DIA: IMÓVEL: AQUISIÇÃO SEDE DO IPI:** Com a palavra, a Diretora Presidente do Instituto, Prof<sup>a</sup>. Beth, solicitou à Comissão de Acompanhamento dos Imóveis (composta pelos conselheiros: Gleide, Ivo e Jaci) que relatasse como foi a visita ao imóvel da Rua Eugênio Müller. A conselheira Jaci informou que o estado do prédio não está adequado, uma vez que inacabado, com ferragens aparentes e talvez oxidadas devido a estar fechado por muito tempo. Destacou, ainda, que o estacionamento na rua é dificultoso, além do que o prédio continua sem acabamentos. A Diretora Presidente informou que a proposta do vendedor é de R\$ 3,8 milhões, sendo que o proprietário apresentou proposta de 30% como sinal ou entrada, para finalização das obras em 180 (cento e oitenta) dias, sendo que o restante seria pago na entrega do imóvel. O conselheiro Ivo destacou que as salas do prédio são boas, mas está sem os elevadores e precisa de bastante acabamento. O espaço daquela propriedade seria melhor do que a sede atual, com escadas em melhores condições, acessibilidade, mas toda a obra precisaria estar acabada para ser negociada. A Diretora Presidente informou que a proposta do prédio da sede atual é de R\$ 4 milhões. Em resumo, o IPI apresentou em mesa as seguintes propostas: 1 – Prédio da Rua Eugênio Müller (3,8 milhões); 2 – Prédio da sede atual (4 milhões); 3 – Terreno da Rua Eugênio Müller (1,6 milhões); 4 – Terreno Avenida Getúlio Vargas (2 milhões); 5 – Terreno da prefeitura (verificando a possibilidade de negociação). O Presidente do CMP expôs que o IPI solicitou pauta para que este colegiado pudesse conhecer o andamento das escolhas e se posicionar sobre as possibilidades entre imóveis prediais e terrenos visando futura construção. O tema foi colocado em discussão, ressaltando que as duas propriedades prediais teriam questões negociais a observar: uma sobre a proposta já comentada anteriormente, de adiantamento de valores para um imóvel que não estaria em propriedade da Autarquia. E outra, que o imóvel sede atual do IPI está avaliado pela SMU em R\$ 2 milhões, documento que integra o Processo nº 242/17/ADM, valor muito aquém do que está sendo ofertado pelo proprietário (R\$4 milhões). Em debate, os conselheiros reconheceram que a escolha de um imóvel pronto, já construído, adequado às necessidades do IPI, teria de certa forma vantagens, mas esta opção está difícil de ser configurada. Também ficou registrado que a escolha do IPI deve observar detalhes de acessibilidade, divisão das salas de trabalho, e estacionamento. Em deliberação, os conselheiros concordaram que a melhor opção seria a de aquisição de terreno para construção de uma sede adequada às necessidades do IPI. O conselheiro Alcides sugeriu um prazo de 30 (trinta) dias para a avaliação dos dois terrenos para compra, bem como nesse prazo avaliar a possibilidade jurídica ou legal de recebimento ou compra do terreno do Município. Finalizando este assunto o Presidente do CMP informou que foi publicada na presente semana uma Nota Técnica da Secretaria da Previdência, SEI 10/2017/CGACI/SRPPS/SPREV-MF, de 07 de dezembro de 2017, que trata de transações

que envolvem bens imóveis no âmbito dos RPPS, e que seria interessante a leitura pelos membros do CMP. **QUARTO ASSUNTO DO DIA: RELATÓRIO DE ATOS DA COMISSÃO ELEITORAL:** O Presidente do CMP informou que os integrantes da Comissão Eleitoral se reuniram no início do mês de Dezembro, ocasião em que leram o Decreto Municipal nº 10.406/2016 que estabelece os procedimentos da eleição, e confeccionaram o Edital de Eleições, que já foi publicado no jornal do município (pg. 17, edição 1835 de 06 de dezembro de 2017). No Edital ficou estabelecido o calendário eleitoral, com data de divulgação da eleição entre 06/12/2017 a 26/01/2018; prazo de inscrição de 02/01 a 26/01/2018; homologação das inscrições em 29/01/2018; orientações para campanha em 30/01/2018; campanha eleitoral das chapas de 30/01 a 28/02/2018; eleição no dia 1º/03/2018; abertura da urna, contagem de votos e declaração da vencedora também no dia 1º/03/2018; prazo de impugnação de 02/03 a 09/03/2018; análise de impugnações em 14/03/2018; resultado da eleição e declaração da chapa eleita no dia 14/03/2018; convocação para posse e investidura entre 14/03 a 30/03/2018. O Presidente informou que todos os atos eleitorais estão sendo autuados no Processo 253/17/ADM. O conselheiro Ivo solicitou aos membros da comissão eleitoral um *release* para colocar na revista da ASPMI o que foi requerido também pela conselheira Gleide que irá colocar no *facebook* do sindicato. O Presidente do CMP finalizou informando que será protocolada uma petição na Justiça Eleitoral solicitando uma urna para a eleição. **QUINTO ASSUNTO DO DIA: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO IPI 2018:** Aberto o espaço para as informações do IPI. A Diretora Presidente iniciou a apresentação do Planejamento Estratégico do IPI passando a palavra para as Sras. Jane e Natalia que apresentaram em slides o planejamento do IPI. A apresentação teve como base três perguntas: onde estamos? Para onde queremos ir? Como chegar lá? Inicialmente foi apresentado a história do IPI, seus princípios, valores, missão e organização administrativa, apresentando-se, também, os conselhos e diretorias. Em seguida foram apresentadas as ações planejadas, quais sejam: construir uma sede própria para o IPI; aperfeiçoar profissionalmente os servidores, gestores, conselheiros e a comissão de Licitações do IPI; atualizar a Lei Complementar nº 13/2001; aperfeiçoar o atendimento dos segurados e beneficiários do RPPS; estabelecer um programa de pré e pós aposentadoria; promover a interação da Unidade Gestora do RPPS com as unidades administrativas que compõe o poder público municipal; atuar junto às entidades representativas do setor previdenciário; disseminar a cultura previdenciária entre os participantes do RPPS; realizar os encontros de integração social dos servidores inativos e pensionistas; implementar a gestão e controle da base de dados cadastrais dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas; Informatizar na totalidade os trâmites previdenciários; criar uma política de segurança da informação; atualizar o site em conformidade com a legislação vigente; criar informativos semestrais; mapear as atividades das áreas de atuação do RPPS; criar um sistema de ouvidoria do IPI; estabelecer um Código de Ética do IPI; valorização dos servidores do IPI. Por fim foi apresentada a meta do instituto como sendo “Governança Corporativa” que será colocada em prática com as seguintes ações: planejamento; relatório de gestão atuarial; código de ética do IPI; política de investimentos; transparência; ouvidoria; gestão de pessoas; políticas previdenciárias de saúde e segurança do servidor; educação previdenciária; valorização do servidor efetivo do IPI e sede do IPI. Finda a apresentação, a Sr. Jane explicou que durante o censo verificou-se uma grande dificuldade do servidor sobre informações básicas sobre o IPI e sobre previdência. A ideia que está sendo planejada é de disseminação da cultura previdenciária entre os servidores, fazendo isto por grupos de

servidores. A Sra. Jane afirmou que a ideia do planejamento se deu em decorrência de um Programa Federal chamado Pró-Gestão, em que o IPI terá que preencher uma série de requisitos, e que estão sendo iniciadas as ações mais urgentes acreditando que em 2018 ter-se-á uma boa parte desse planejamento já executado. Neste momento a Diretora Presidente do Instituto trouxe a informação aos conselheiros que encontrou aproximadamente 330 processos em tramitação do sistema COMPREV sem deferimento. Diante destes fatos a Diretora Presidente está em contato com o INSS para solicitar um servidor desta Autarquia Federal para analisar os processos do RPPS de Itajaí. A reunião já realizada entre o IPI e o INSS ficou estabelecido para o próximo ano especialização de funcionários, mandará outra pessoa ao IPI para apreciar os 414 processos parados que existem atualmente. No fim da apresentação do planejamento o Sr. Jean afirmou ser notório no Brasil a falta de educação financeira dos servidores e aposentados e que seria muito interessante cursos neste sentido. O conselheiro Alcides parabenizou o IPI pela iniciativa do planejamento e sugeriu que as ações futuras fossem ainda mais destacadas, e que as ações do planejamento do IPI devem fazer parte do planejamento estratégico do Município, ou seja, do PEMI2040. O Presidente do CMP também parabenizou o planejamento, em especial pela intenção de fazer parte do programa Pró-Gestão que o Instituto está com intenção de aderir, afirmando que esta iniciativa traz um aperfeiçoamento da entidade e que cada ação está preparando para o futuro. **SEXTO ASSUNTO DO DIA: PRESIDÊNCIA DO CMP2018 E CALENDÁRIO 2018:** O Presidente do CMP agradeceu a parceria de todos durante o ano e colocou a presidência à disposição para que se algum conselheiro tivesse interesse na função, o que foi seguido pela secretária que também deixou a função à disposição. Os conselheiros decidiram reconduzir a presidência e a secretaria, continuando as funções com os conselheiros Vitor e Caroline. Quanto ao calendário de reuniões do ano de 2017 ficou deliberado que as reuniões continuam nas segundas quartas-feiras do mês, no mesmo horário e local, às 13h30 na sala de reuniões do IPI. Os conselheiros concordaram, por fim, que a reunião do mês de janeiro/2018 acontecerá no dia 24, para evitar ausências por causa das férias. **ASSUNTOS GERAIS: (I)** Registro de documentos recebidos pelo CMP: Ofício nº 458/17/IPI contendo relatórios de rentabilidade e borderôs financeiros referente a outubro de 2017. Nada mais havendo, foi encerrada a décima segunda reunião ordinária deste colegiado. Eu Caroline de Melo, Secretária, lavrei a presente que depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada por todos os presentes. Itajaí (SC), 13 de dezembro de 2017.

VITOR PAUL WOYAKEWICZ  
*PRESIDENTE*

CAROLINE DE MELO  
*SECRETÁRIA*

ALCIDES VOLPATO

GISELE VICENTE

IVO OLAMPIO VICENTE

JACI RONCHI DA LUZ

CONSTÂNCIA DA SILVA ANACLETO

GLEIDE NARA DE AMORIM